

**SEGUNDO ENCONTRO LATINOAMERICANO DE COMERCIO JUSTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Afirmado boas práticas e novas estratégias para o desenvolvimento**

Havana 20-23 de fevereiro de 2007

Painel : **Relações Norte-Sul e Sul-Sul no Comércio Justo: Desafios e Perspectivas**<sup>1</sup>  
Palestrante: Rosemary Gomes<sup>2</sup> ( e-mail : rgomes@fase.org.br)

**Comércio Justo e Economia Solidária**

O comércio justo está baseado na sua história na exportação sul-norte e acreditamos que deve ultrapassar esse limite de origem. Se apoiando nos seus princípios fundadores de cooperação internacional o Comércio Justo deve avançar promovendo o desenvolvimento de mercados internos justos e solidários e relações comerciais regionais sul-sul.

Seu potencial como um sistema de relações comerciais diferenciadas onde a busca de relações com mais justiça, equidade e ética são centrais, pode e deve ser ampliado.

Devemos enfrentar a necessidade de ampliar e revisar vários pontos (políticos e operativos) dessas relações do atual modelo “Fair Trade” Sul-Norte . Este deve se atualizar reconhecendo o movimento da economia solidária mundial como potencial de articulação de inúmeras iniciativas econômicas associativas e cooperativas, redes sócio-produtivas de comércio comunitário, economia familiar e comércio solidário, todas elas bases dessa nova Economia : A Economia Solidária.

O Comércio Justo deverá cada vez mais fortalecer as organizações econômicas coletivas, com foco nos territórios, na segurança alimentar, se queremos ser conseqüentes com um projeto de mudança por outro tipo de desenvolvimento sustentável e democrático no mundo. O modelo de Comércio Justo sul-norte deve ser antes de tudo de complementação alimentar, cooperação e colaboração entre nossos países, seus produtores e consumidores responsáveis e conscientes sabedores de que para erradicar a fome no mundo o central será uma redistribuição dos alimentos, apoio a agricultura familiar em sistemas agroecológicos e políticas públicas de segurança e soberania alimentar. O famoso preço justo será uma conseqüência dessas novas relações de co-responsabilidade e antes de tudo um meio para melhorias de condições de vida e bem estar coletivos, nunca um fim em si mesmo.

---

<sup>1</sup> Muitas das reflexões foram orientadas pela leitura do materiais de educação da AdM – Federação Artesãos do Mundo da França e de REAS-Espanha e trazem elementos estratégicos contidos na apresentação visual de Arturo Palma Torres durante o Seminário Internacional de Responsabilidade Social e Empresarial – nov. 2006 em Vitória /ES -Brasil

<sup>2</sup> Socióloga , Assessora Nacional da FASE - Programa Direito ao Trabalho & Economia Solidária, representante do GT-RI do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária ;  
Conselho de Administração da RIPESS - Rede Intercontinental de Promoção de Economia Social e Solidária;

Conselho de Gestão da Plataforma FACES do Brasil de Comércio Justo e Solidário.

## **Comércio Justo e Solidário e Regulação do Comércio Internacional**

o comércio justo e solidário não pode ele unicamente constituir uma resposta ao conjunto das perguntas do subdesenvolvimento. Com efeito, o comércio justo e solidário refere-se apenas à uma pequena parcela do comércio internacional. A sua contribuição para o desenvolvimento sustentável será determinante apenas na medida em que será uma base para mudanças mais globais e mais profundas do funcionamento do comércio mundial. Certos atores do comércio justo e solidário privilegiam regulações econômicas através do desenvolvimento de sistemas de certificação. Apostam sobre o fato de um crescimento notável da demanda dos consumidores para produtos certificados do comércio justo e solidário que permitirá fazer pressão sobre as empresas multinacionais e da distribuição de modo que alterem as suas políticas comerciais. Outros atores do comércio justo e solidário, entre eles Artesões do Mundo na França e Faces do Brasil no Brasil, duvidam fortemente que as empresas multinacionais possam adotar atitudes éticas sem a existência de normas e regulações de tipo político, que implicam uma limitação da produção e os volumes de exportação. Geralmente, apostamos mais sobre a mobilização de organizações e de cidadãos para exigir a instauração de novas regulações e mudanças nas regras no comércio internacional.

## **Comércio Justo e Solidário e Soberania Alimentar**

O comércio justo e solidário refere-se hoje essencialmente aos produtos de exportação dos países do Sul para os países do Norte. Não tem nenhum efeito para o preço dos produtos alimentares dos agricultores dos países do Sul, que não são comercializados nos países do Norte, mas que, em contrapartida, sofrem a concorrência dos cereais, as carnes e os produtos lácteos produzidos nos países do Norte. Este dumping dos países do Norte, mas também o dumping social dos latifúndios de diversas regiões do mundo que exploram a sua mão-de-obra assalariada tem um impacto dramático no nível dos preços dos produtos alimentares básicos produzidos pelos agricultores familiares dos países do Sul. A melhoria do nível de preços pagos aos produtores por estes produtos alimentares pode ser favorecida pelo desenvolvimento do comércio justo e solidário Sul-Sul, como poderemos observar a médio prazo numa pequena escala em certos países como o Brasil. Mas implica principalmente o reconhecimento do direito à soberania alimentar, ou seja do direito dos Estados e os conjuntos regionais de efetuarem políticas autônomas de proteção do seu mercado interno e a regulação dos preços agrícolas sobre este mercado. O direito à soberania alimentar deve ser reconhecido a nível internacional pelos organismos multilaterais, o que implica também a mobilização de organizações e de cidadãos a nível global. Agir em favor de um comércio justo e solidário para os produtos excedentes destinados a exportação dos países do Sul e agir para o reconhecimento do direito à soberania alimentar constituem por conseguinte duas bandeiras / causas complementares que visam nomeadamente favorecer uma justa remuneração do trabalho na sociedade, condição de um desenvolvimento sustentável dos países do Sul. Mais que complementares, estas causas são inseparáveis, porque a viabilidade sobre o longo prazo de um sistema

global de comércio justo e solidário para os produtos de exportação será possível apenas se os camponeses receberem uma justa remuneração para as produções alimentares ligados ao reconhecimento do direito à soberania alimentar. De forma um pouco distinta o respeito a interculturalidade e as características de origem dos produtos artesanais.

No modelo atual de comércio justo norte-sul também se corre o risco de incentivar a monocultura quando somente foca o acesso ao mercado internacional de exportação (ex. flores na Índia e Colômbia, produtos de commodities café, cacau, etc.), o que a médio prazo seria um desastre para a população em especial dos países do sul em nome do aumento de renda poderíamos estar contribuindo para maiores desequilíbrios sociais, culturais e ambientais.

Nosso desafio é conseguir a integração local, a diversificação da produção familiar, modificar a legislação para as compras públicas e o peso político através das redes de economia solidária.

Devemos estar sempre atento(as) para as possibilidades de assimilação do comércio justo pelo sistema capitalista, que deixa em segundo plano o objetivo de transformação social, porém isso não pode impedir o avanço de laços de solidariedade e cooperação na busca de alternativas para os setores da pequena produção.

### **Contribuindo para as mudanças mais globais do Comércio Mundial**

O comércio justo e solidário constitui numa oportunidade para sensibilizar as populações do Norte e do Sul para os mecanismos do comércio internacional injusto e mostrar que outras relações comerciais entre o Sul e o Norte são possíveis. Pode contribuir para aumentar as pressões sobre os poderes e as forças políticas dos diferentes países, com o propósito da instauração de um sistema econômico mundial alternativo ao sistema atual. Do mesmo modo, na medida em que o comércio justo e solidário permite melhorar a situação econômica dos produtores, o seu nível de organização e a sua reflexão, pode igualmente aumentar a sua capacidade de responder as outras perguntas, a nível local, nacional e mundial. Compete hoje aos atores do comércio justo e solidário contribuir para construir as mobilizações cidadãs necessárias para que a sua experiência concreta de economia solidária possa ser uma alavanca para transformações mais globais das regras do jogo da economia, nomeadamente das trocas internacionais e, em fim da conta, o desenvolvimento sustentável do planeta.

Desenvolver alianças entre atores da economia social e solidária de modo que estas alternativas tenham um peso real é necessário. Com efeito, todos os atores da economia social e solidária reencontram-se, com as suas especificidades, sobre os mesmos valores: ação sobre um território e responsabilização dos atores (assalariados, voluntários, assessores, gestores eleitos). Demonstram uma real complementaridade. Presentes na produção ou o consumo, nos sectores do financiamento, podem trazer alternativas concretas sabendo que as alternativas políticas e econômicas são inseparáveis. É por isso que, as organizações da economia social e solidária devem desenvolver hoje uma sinergia comum em redor de dois eixos:

- **uma estratégia de desenvolvimento econômico mais forte**

• **uma estratégia de interpelação/incidência política**

Mas para além das alianças entre os atores da economia social e solidária, é necessário construir uma aliança ampla com os demais movimentos do campo altermundialista e confluir as alternativas sociais e econômicas.

**Uma leitura atualizada dos princípios fundadores do Comercio Justo Sul-Norte (ou Norte –Sul como é mais conhecido)**

Solidaridade, cooperação, reciprocidade  
Democracia participativa no económico  
Justa distribuição da riqueza produzida  
Desenvolvimento local sustentável  
Transparência organizacional e financeira  
Crítica do comércio internacional e proposições alternativas

**Portanto, o Comércio Justo não é somente comércio. É também :**

Uma inovação social e económica  
Organização e empoderamento dos pequenos produtores, artesões e prestadores de serviços rurais e urbanos  
Desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental)  
Educação dos consumidores  
Pressão sobre os dirigentes políticos e de empresas para mudar as regras do comércio internacional

**Sobretudo, o Comércio Justo é um movimento da sociedade civil mundial:**

Mas de um milhão de produtores no Sul, organizados em estruturas muito diversas  
Mas de 100 000 assalariados e voluntários no Norte; organizações de comercialização (importadores, exportadores, redes de lojas especializadas ...) criadas pelos militantes associados, ONGs e agências de financiamento; organismos de certificação / avaliação de conformidades; milhões de consumidores solidários/críticos/responsáveis

**O Comércio Justo Norte-Sul no mundo, algumas cifras atuais :**

Vendas totais em 2004 : 1,3 bilhões de Euros  
Crescimento : 20% em média (2001-2004)  
Principais mercados : Europa (50%) e EUA  
Principais produtos : café (50%), bananas, chá, chocolate, sucos de fruta, ...  
Principal canal de distribuição : hiper e supermercados (70%)

Concordando com Palma Torres<sup>3</sup> verificamos a co-existência de dois modelos, duas estratégias distintas sendo traçadas atualmente no âmbito do movimento do comércio justo a nível mundial, elas podem ser vistas em proporções e escalas diferentes tanto nos países do norte como nos do sul :

- O modelo de «inserção dos produtores do Sul nos mercados do Norte» - chamado nicho de mercado
- O modelo de «economia solidária»

### **O modelo « inserção » : estratégia e práticas**

- Estratégia :
  - ✓ Integrar a lógica de mercado e promover o consumo de massa
  - ✓ Criar a demanda com grandes campanhas de comunicação
  - ✓ Centrar a mensagem na solidariedade Norte-Sul
  - ✓ Lograr que os grandes supermercados vendam produtos de CJ
- Práticas prioritárias :
  - ✓ Criação de estándares e certificação dos produtos
  - ✓ Grandes campanhas de comunicação
  - ✓ Lobbying sobre os governos para criar e sustentar esse mercado

### **As forças desse modelo «inserção» seriam:**

- Lógica do mercado e consumo de massa
- Sistema de certificação centralizado
- Sistema de selo descentralizado
- Notoriedade internacional
- Mercado com forte expansão :
  - 20% de crescimento anual
- Este modelo é dominante (70% do CJ) :
  - No Norte, é o mercado de nicho mas dinâmico
  - No Sul, permite acesso ao mercado para os produtores

### **As tensões do modelo «inserção»**

- Econômicas : crise da demanda / sobreprodução
- Comerciais : pequenos produtores / grandes empresas (plantações, industriais, de distribuição)
- De regulação : privada / pública

---

<sup>3</sup> Arturo Palma Torres – socioeconomista , consultor em comércio justo , economia solidária e desenvolvimento local

- Culturais: transparência / segredo comercial
- De alianças : organizações da sociedade civil / grandes empresas
- Ética: lógica de solidariedade/ lógica de mercado

### **O modelo «economia solidária» : estratégia e práticas**

#### **•Estratégia :**

- ✓ construir um movimento internacional de Comércio Justo, com redes de produtores e de lojas de Comércio Justo
- ✓ educar para a cooperação, a solidariedade, o consumo responsável
- ✓ criar alianças sociais e políticas (nacionais e internacionais)
- ✓ pressionar para mudar as regras do comércio mundial (prioridade para os direitos humanos e a defesa do meio ambiente)

#### **Práticas prioritárias :**

- ✓ venda em redes de lojas solidárias especializadas
- ✓ educação para o consumo responsável e a economia solidária
- ✓ incidência sobre políticas públicas

### **As forças do modelo « economia solidária » :**

- Apóia-se nos movimentos da sociedade civil
- Está presente nas organizações de pequenos produtores e nas redes de lojas especializadas
- É referência para os valores e princípios do Comércio Justo
- Atua em outras esferas além da econômica/mercado: ex. educação cidadã e campanhas de pressão
- Busca criar e fortalecer cadeias produtivas de Comércio Justo
- Constrói alianças internacionais para novas formas de regulação no comércio internacional
- Preserva a lógica da solidariedade do Comércio Justo (ajuda mútua, cooperação, complementaridade, reciprocidade)

### **As tensões do modelo «economia solidária»**

- Econômicas : trabalho voluntário / trabalho assalariado
- Comerciais : rede profissional / rede militante (insuficiente capacidade de venda)
- Sobre a garantia : certificação de produtos / avaliação de organizações/credenciamento de lojas
- Culturais : formas de cooperação internacional Norte-Sul / revisão dos padrões de consumo no norte e no sul/ respeito a identidades culturais

- De alianças : papeis das assessorias - ONGs / interesses específicos de organizações de produtores/ sindicatos/outros movimentos sociais campestres (ex. autoconsumo; soberania alimentar)

### **Os atores novos do Comércio Justo :**

- ✓ as grandes empresas (produção, distribuição)
- ✓ pequenas e médias empresas de distribuição de produtos oriundos do comércio justo
- ✓ os poderes públicos
- ✓ as organizações de consumidores
- ✓ os atores do mundo orgânico (produção, certificação)
- ✓ novas alianças, ex. Ecofair trade, campanhas como do comércio com justiça; iniciativas supra nacionais (ex. nos marcos da Alba e Mercosul)

#### **•Reforço dos atores tradicionais:**

- ✓ mais autonomia das redes de pequenos produtores
- ✓ consolidar as redes no Sul
- ✓ profissionalização das lojas de Comércio Justo

### **O futuro : Que sentido dar ao Comércio Justo ?**

- Interroga-se sobre o sentido do Comércio Justo, sobre suas finalidades no futuro.

Duas hipóteses possíveis de serem tratadas :

1) Consolidação do modelo « inserção no mercado » (a tendência em curto prazo) com duas possibilidades :

- « Comércio Ético » - Responsabilidade Social Empresarial – respeito das normas da OIT
- argumento de marketing para desenvolvimento do nicho comercial

2) Desenvolver o Comércio Justo como parte da Economia Solidária

- ✓ Alargar os objetivos e os valores iniciais
- ✓ Articular as redes de Comércio Justo entorno de uma estratégia comum
- ✓ Definir uma plataforma política para reformulação das regras do Comércio Internacional
- ✓ Construir confluências e alianças necessárias com outras redes e movimentos sociais na construção de novos mercados solidários locais, regionais e internacionais...

**Entre valores do comércio justo e forças do mercado, seguir transformando as práticas !**

Algumas proposições :

- Afirmar o protagonismo dos produtores e dos consumidores
- Relocalizar o Comércio Justo ao serviço do desenvolvimento local sustentável (Sul-Sul, Norte-Norte, Sul-Norte)
- Definir normas para a redistribuição do valor agregado em toda cadeia produtiva
- Definir normas para a comercialização (lojas especializadas, feiras e supermercados)
- Adaptar as técnicas de certificação as realidades locais e regionais
- Promover a criação de instâncias públicas de regulação do comércio justo garantindo direitos (DESC)
- Políticas afirmativas para grupos mais afetados (mulheres ) e criando alternativas para a juventude aliando cultura –economia (hip hop, circo social – novos produtos e serviços como discos, etc..... )
- Dar verdadeira prioridade às mudanças nas regras do Comércio Internacional

### **Agenda Estratégica para América Latina**

Levantar os elementos necessários para construirmos uma agenda comum de desenvolvimento solidário na região

Superar uma agenda de eventos com uma agenda de processos destinados a alcançar os objetivos compartilhados num plano de trabalho regional

Priorizar ações comuns supra nacionais que promovam uma maior complementaridade destinadas a superar as desigualdades e desequilíbrios regionais

### **Sítios Internet para mais informações :**

Rede Intercontinental de Promoção da Economía Social e Solidária – RIPESS

[www.ripess.net](http://www.ripess.net)

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

Plataforma FACES do BRASIL de Comércio Justo

[www.facesdobrasil.org.br](http://www.facesdobrasil.org.br)